

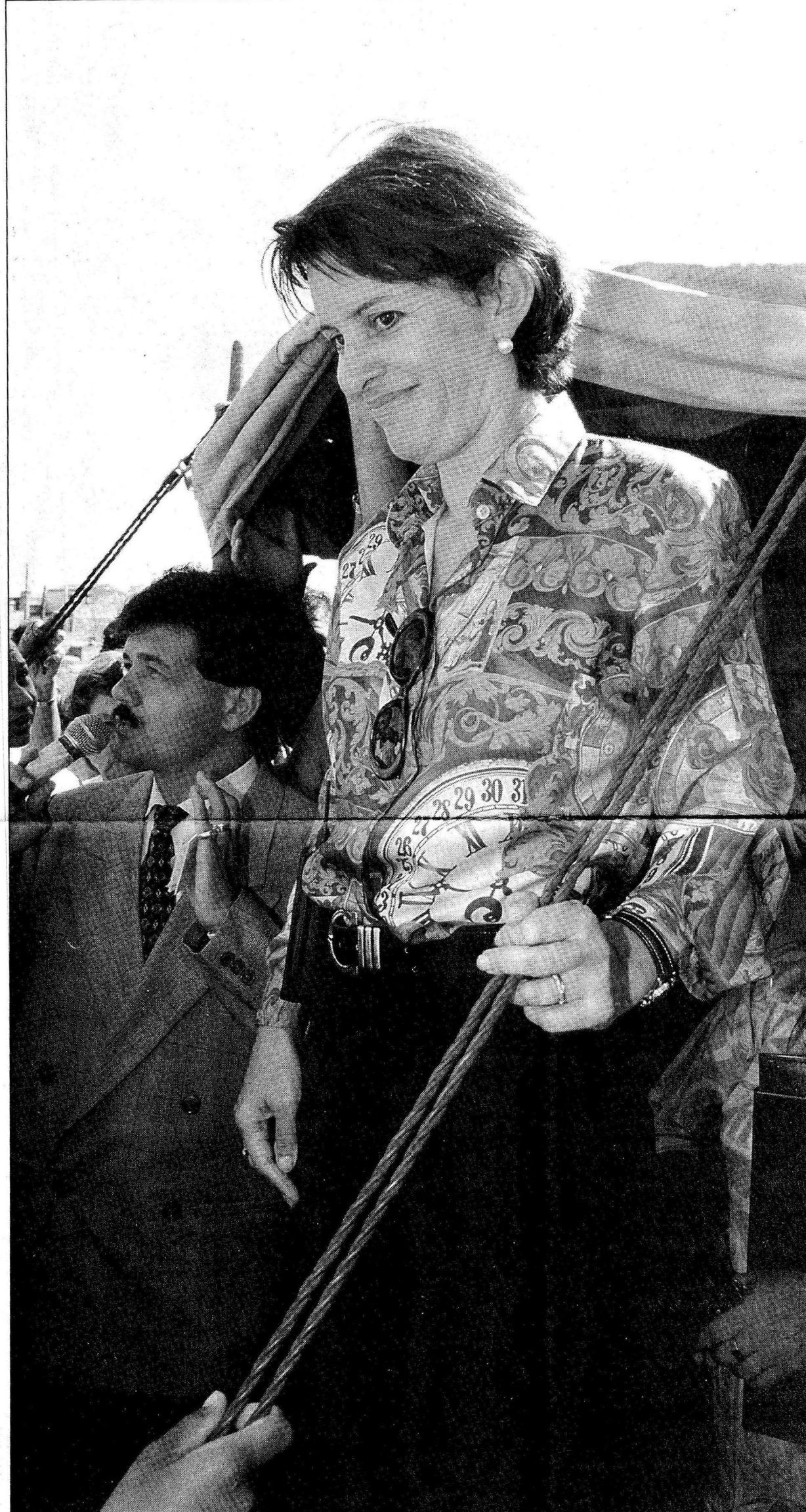
ENTREVISTA

a Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Ivelise Longhi

"Não se acaba invasão apenas coibindo ou propondo uma política habitacional responsável. Há necessidade de um crescimento econômico. E vamos trabalhar muito para gerar emprego."

Raimundo Paccó



Secretaria de Habitação, Ivelise Longhi diz que teve que montar a estrutura do órgão para poder começar a trabalhar

Em dois meses, a Secretaria de Habitação espera ter um raio-X das invasões do Distrito Federal e da demanda exata por habitação. Até lá, ninguém que está inscrito no Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal receberá lote. Aliás, a lista de espera do Idhab será revista. As quase 52 mil pessoas cadastradas, incluindo aí as cooperativas, poderão ter a pontuação alterada e, com isso, subir ou descer na classificação geral. A mudança recairá principalmente sobre as cooperativas. A secretária de Habitação, Ivelise Longhi, defende um critério único e individual para todos os inscritos. Segundo ela, os critérios para habitação, definidos no governo de Cristovam Buarque, eram "subjetivos". Os associados de cooperativas serão avaliados agora individualmente. "Para não haver injustiça", diz Ivelise. Nesta entrevista ao Correio, a secretária explica por que a política habitacional do governo Joaquim Roriz ainda não deslanchou e adianta que será feito um novo cadastramento das famílias de baixa renda. Pessoas que moram há mais cinco anos no DF e que não estão inscritas no Idhab terão a chance de concorrer a um lote. "Mas nem todos serão atendidos", avisa.

Correio Braziliense — Por que o governo Roriz ainda não anunciou a sua política habitacional para o Distrito Federal?

Ivelise — Encontramos a Secretaria de Habitação com uma estrutura bastante aquém a sua atribuição. O que tínhamos era o secretário, um chefe de gabinete e quatro assessores. Não havia coordenações para tratar da área fim da secretaria. Os órgãos vinculados à Secretaria —

Terracap, IPDF e Idhab — eram apenas executores da política habitacional do governo. Trabalham de forma independente. Apresentamos à Câmara Legislativa, agora na convocação extraordinária, uma nova proposta, definindo a estrutura que permitirá o funcionamento efetivo da Secretaria. Além disso, nem todos os dados estavam disponibilizados. Muitas pessoas que estavam encabeçando os programas não eram funcionários efetivos da Casa e fo-

ram embora. Outros estão de férias.

Correio — Mas o governo anterior não deixou uma política já engatilhada?

Ivelise — Nós temos hoje em torno de 151 cooperativas inscritas no Idhab, com 5.800 associados. Na verdade, o que se fez foi criar expectativas nas pessoas de se organizarem sem existir disponibilidade de terra. Então o que se criou foi um grande problema. O governo só pode criar uma expectativa de atendimento se tem

condições de atender. E nunca o contrário. Os associados colaboravam com as cooperativas, escolhiam a área, arcavam com o projeto urbanístico, preenchiam uma carta de intenções no Idhab e ficavam aguardando que aquela área fosse deles. Só que não é assim. Por que aquela cooperativa que escolheu uma área tem preferência sobre uma outra?

Correio — Como deve ser feito então?

Ivelise — Defendo que deve haver

um critério único. Hoje temos pessoas com inscrições individuais no Idhab, que têm uma pontuação. Se mora há mais tempo no DF recebe mais pontos, da mesma forma que conta mais quem possui mais filhos e tem renda menor. Existe uma regra clara para quem está inscrito individualmente. Mas para as cooperativas os critérios são muito subjetivos. Por exemplo, a relação entidade associado. Ora, como um servidor avalia a relação da entidade cooperativa e o associado? Em entrevista com cada um dos associados? Mesmo assim ainda vai ser uma avaliação subjetiva. Não se verifica pontuação individual dessas pessoas. O governo estava prejudicando muitas vezes quem estava inscrito na lista do Idhab em prol das cooperativas. Teremos um único critério para todo mundo.

Correio — A política habitacional do governo anterior estava, em parte, a reboque das cooperativas?

Ivelise — Com certeza. Em qualquer tipo de atendimento primeiro tem de se conhecer a clientela. Conhecida então a demanda, tenho de verificar o que posso disponibilizar. Não é só uma questão de ter terra e espaço. Só que esse estudo não foi feito antes, o que só gerou uma expectativa muito grande. Precisamos saber qual a capacidade de atendimento do Distrito Federal. Estamos levantando áreas potenciais para ocupação nas cidades que já existem.

Correio — O Distrito Federal, com o governador Joaquim Roriz, tornou-se um Eldorado do Brasil?

Ivelise — Não acredito nisso. Segurança e emprego são as prioridades desse governo. Pode vir até ser um Eldorado quando as pessoas perceberem como ele sabe administrar bem uma cidade. Se alguém vem para uma cidade atrás de lote deve ser uma porcentagem mínima. Local pra morar normalmente todas essas pessoas têm onde elas estão. Elas vêm, sim, atrás de melhores condições de vida. E o governador tem sido muito claro em todos os seus discursos. Invadir não vai ser pressão para se regularizar a área. Invasor não terá prioridade. Pelo contrário. Estamos avaliando, na questão da pontuação, um redutor para quem buscar essa forma de pressão.

Correio — E quem está fora do cadastro individual e de cooperativas inscritas no Idhab não receberá lote? Mesmo que seja mais necessário do que quem estiver inscrito?

Ivelise — Estamos estudando isso. Pelo menos para dar a chance de quem mora há mais de cinco anos no DF de participar do processo. Mas não queremos criar alarde, anunciar um novo cadastramento. Até porque não poderemos atender todo mundo.

Correio — O governo vai conseguir acabar com as invasões?

Ivelise — Já conseguimos isso no passado. Mas não se acaba invasão apenas coibindo ou propondo uma política habitacional séria e responsável. Há necessidade também de um crescimento econômico. E vamos trabalhar muito nesse governo para gerar emprego. Quem tem emprego tem moradia, tem saúde, tem educação. E não precisa invadir.

Correio — Será uma remoção mais difícil hoje do que no governo anterior de Roriz, quando foram criados os assentamentos?

Ivelise — Não. As invasões antigas, como a Estrutural e a Telebrasília, serão avaliadas isoladamente. Já estão sendo feitas retiradas de barracos em algumas invasões. Mas temos de ter também programa de atendimento para as classes média e alta. Senão essas duas expulsam às de baixa renda, comprando os seus lotes.

Correio — É possível acabar com as invasões sem derrubar barraco?

Ivelise — Espero que sim. Agora, se for necessário, vamos derrubar. Mas não significa usar violência. Passar trator por cima. Isso a gente não faz porque não é humano. Quem não preencher os pré-requisitos mínimos para poder ter acesso a uma residência no DF, não será atendida. Vamos sugerir que retorne a seu local de origem.

Correio — Quando as invasões vão desaparecer de fato?

Ivelise — É muito difícil dar uma previsão. Espero que em 60 dias tenhamos um quadro da nossa realidade. Com os dados da nossa clientela em mãos e nossa capacidade de atendimento, estaremos com nossa política habitacional montada. A nossa meta, no entanto, é terminar o governo sem invasão. Mas é preciso ficar claro que as invasões já estavam aí quando assumimos o governo. Estamos correndo atrás do prejuízo.

Correio — O governador Joaquim Roriz vai continuar indo às invasões?

Ivelise — À medida que acharmos necessário. Existe algumas invasões com complexidade um pouco maior. Não existe um cronograma fixo.

Correio — Não é pior ele indo? No Recanto das Emas só aumentou o número de barracos depois da visita do governador.

Ivelise — Pode ser pior num primeiro momento, criando uma expectativa em algumas pessoas que entenderam errado. Mas quando tomarem contexto do que está acontecendo, elas vão perceber que não podem ficar. E não vão ficar. O apelo dele no Recanto das Emas fez com que as próprias pessoas que estavam lá também vigiassem a área. Criou-se um autocontrole que ajuda a fiscalização do governo.

Correio — O governo tem o controle da situação? Por que foi suspenso o prazo de 72 horas para os invasores abandonarem as áreas invadidas?

Ivelise — Não podemos avaliar todas as invasões da mesma maneira. Elas têm particularidades. Estamos ainda na fase do convencimento. E não cancelamos as notificações em todas as áreas não. O prazo está correndo e algumas intimações ainda estão sendo feitas.

Correio — Quantos invasores existem hoje no Distrito Federal?

Ivelise — Até novembro de 98, num levantamento feito pelo governo de transição e pelo SivSolo, havia 7.795. A estimativa é de que 30,8 mil pessoas morem em invasões.

Correio — As invasões serão o maior problema do governo Roriz?

Ivelise — Não há nenhum surto de invasão no Distrito Federal. Existem ocupações que já estavam aí e outras esparsas que incharam por relaxamento da fiscalização no final do governo passado. Mas a maior preocupação do governo será com a geração de empregos. Quem tem emprego tem condições de se manter.